



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COCALZINHO DE GOIÁS

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
 2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
 3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
 4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
 5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
 6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
 7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
 8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
 9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
 10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
 11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Questão 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa:

- a) cafezal – ojeriza – esplêndido
- b) estupidez – balisa – ogeriza
- c) fusível – colizão – espontâneo
- d) pêzames – obsséquio – hesitar

Questão 02

De acordo com a norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa incorreta quanto ao emprego do pronome relativo:

- a) A polícia isolou a região onde havia sido praticado o homicídio.
- b) A cidade onde você irá nas próximas semanas fica no interior do estado de Goiás.
- c) A casa onde moro é grande e aconchegante.
- d) Visitei o hospital onde você nasceu.

Questão 03

Assinale a alternativa em que se tenha optado corretamente por utilizar ou não o acento grave indicativo de crase.

- a) Vou à Brasília dos meus sonhos.
- b) Pretendo viajar a Paraíba.
- c) Ele gosta de bife à cavalo.
- d) Ele tem dinheiro à valer.

Questão 04

Pautando-se pela norma-padrão, assinale a alternativa que está em desacordo com o que prevê o uso formal da língua portuguesa.

- a) Essas vitórias pouco importam; alcançaram-nas os que tinham mais dinheiro.
- b) Entregaram-me a encomenda ontem.
- c) Ele me evitava constantemente. Ter-lhe-iam falado a meu respeito?
- d) Eles tinham perdido-se no passeio.

Questão 05

Palavras que possuem a mesma pronúncia (podendo ou não ter a mesma grafia), mas que possuem significados diferentes são chamadas de

- a) sinônimos
- b) antônimos
- c) parônimos
- d) homônimos

Questão 06

As palavras “Eminente” (elevado) e “iminente” (prestes a ocorrer) são exemplo de

- a) parônimos
- b) homônimos homófonos
- c) hiperônimos
- d) hipônimos

Leia o texto abaixo para responder as questões 07 e 08:

O Ministério Público (MP) tem como papel fiscalizar e proteger os princípios e interesses fundamentais da sociedade. Por isso, seu funcionamento é independente de qualquer dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Para garantir que o seu trabalho esteja livre de intervenção de qualquer dos poderes, a Constituição Federal reserva a ele uma seção específica, no Capítulo 4 - "Das Funções Essenciais e Justiça". Mas não se trata de ser simplesmente o guardião da lei: apesar de incluir o aspecto da legalidade, a missão do Ministério Público vai muito além desse campo. Abrange também a guarda e a promoção da democracia, da cidadania e da justiça e da moralidade. Além disso, cuida dos interesses da sociedade de uma maneira geral, principalmente nos setores mais vulneráveis e mais necessitados de amparo, como as etnias oprimidas, o meio ambiente, o patrimônio público e os direitos humanos, entre outros.

As funções atribuídas ao Ministério Público na Constituição brasileira acumulam as características de fiscal, ouvidor e advogado do povo. Colocam-no em uma interessante posição de defensor da sociedade contra possíveis abusos do Estado, ao mesmo tempo em que defende o Estado democrático de direito contra possíveis ataques de particulares de má-fé. O Ministério Público tanto pode agir por sua própria iniciativa, sempre que considerar que os interesses da sociedade estejam ameaçados, quanto pode ser acionado por qualquer cidadão que considerar que algum direito ou princípio jurídico esteja sob ameaça.

(...)

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas as primeiras legislações de nosso território - as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 - já faziam menção aos promotores de justiça, atribuindo a eles o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam ainda o cargo de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e o de procurador da Fazenda (defensor do fisco).

No Império, em 1832, com a promulgação do Código de Processo Penal, iniciou-se a sistematização das ações do Ministério Público brasileiro. Na República, o decreto nº 848, de 11/09/1890, ao criar e regulamentar a Justiça Federal, dispôs, em um capítulo, sobre a estrutura e atribuições do Ministério Público no âmbito federal. Mas foi o processo de codificação do Direito nacional que permitiu o crescimento institucional do MP, visto que os códigos (Civil de 1917, de Processo Civil de 1939 e de 1973, Penal de 1940 e de Processo Penal de 1941) atribuíram várias funções à instituição.

A Constituição de 1988, como já se viu, faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo "Das funções essenciais à Justiça". Define as funções institucionais, as garantias e os impedimentos de seus membros. Foi na área cível que o Ministério Público adquiriu novas funções, destacando a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias étnico-sociais). Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de Ouvidoria da sociedade brasileira, pronta a ouvir suas reclamações e tomar providências.

(Fonte: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/ministerio-publico-defesa-independente-da-sociedade-e-da-democracia.htm> - adaptado. Acesso em 18.01.22)

Questão 07

Assinale a alternativa que contém uma interpretação correta acerca do texto:

- a) O funcionamento do Ministério Público é independente de qualquer dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que sua atuação pode ocorrer por sua própria iniciativa caso considere que os interesses de seus membros estejam ameaçados.
- b) No período colonial, vigorava no Brasil o próprio direito lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas as primeiras legislações de nosso território - as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 - já faziam menção aos procuradores de justiça, atribuindo a eles o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam ainda o cargo de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e o de procurador da Fazenda (defensor do fisco).
- c) A missão do Ministério Público vai muito além da de guardião da lei pois abrange também a guarda e a promoção da democracia, da cidadania e da justiça e da moralidade. Além disso, cuida dos interesses da sociedade de uma maneira geral, principalmente nos setores mais vulneráveis e mais necessitados de amparo, como as etnias oprimidas, o meio ambiente, o patrimônio público e os direitos humanos, entre outros, sempre concorrendo com a Defensoria Pública estadual ou da União.
- d) No Império, em 1832, com a promulgação do Código de Processo Penal, iniciou-se a sistematização das ações do Ministério Público brasileiro. Na República, ao se criar e regulamentar a Justiça Federal, houve a disposição, em um capítulo, sobre a estrutura e atribuições do Ministério Público no âmbito federal. Mas foi o processo de codificação do Direito nacional que permitiu o crescimento institucional do MP, visto que os códigos (Civil de 1917, de Processo Civil de 1939 e de 1973, Penal de 1940 e de Processo Penal de 1941) atribuíram várias funções à instituição, sendo que com a Constituição de 1.988 o Ministério Público tornou-se uma espécie de Ouvidoria da sociedade brasileira.

Questão 08

Assinale a alternativa que contém informações e conclusões não contidas no texto:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo que são princípios institucionais do MP a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) A Constituição de 1988 faz referência ao Ministério Público no capítulo "Das funções essenciais à Justiça". Define as funções institucionais, as garantias e os impedimentos de seus membros. Foi na área cível que o Ministério Público adquiriu novas funções, destacando a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias étnico-sociais).
- c) As funções atribuídas ao Ministério Público na Constituição brasileira acumulam as características de fiscal, ouvidor e advogado do povo. Colocam-no em uma interessante posição de defensor da sociedade contra possíveis abusos do Estado, ao mesmo tempo em que defende o Estado democrático de direito contra possíveis ataques de particulares de má-fé
- d) Para garantir que o trabalho do Ministério Público esteja livre de intervenção de qualquer dos poderes, a Constituição Federal reserva a ele uma seção específica, no Capítulo 4 - "Das Funções Essenciais e Justiça".

Questão 09

Admite a transposição para a voz passiva a forma verbal da frase:

- a) O orador pulverizava as dúvidas de seus interlocutores.
- b) A dúvida corresponde a um legítimo direito nosso.
- c) Tantos parecem estar certos sobre tudo.

d) As notícias em que costumamos acreditar são muitas vezes falsas.

Questão 10

Considere as seguintes frases abaixo.

I. A escolha por uma alimentação saudável tende a diminuir, em função das ofertas de opções práticas aos consumidores.

II. Em outro momento histórico, ninguém imaginaria que confortos da cidade viessem a se oferecer na vida do campo.

III. Ele pesquisa as condições de vida nas grandes cidades, onde convivem pessoas de alto poder aquisitivo e outras em situação de vulnerabilidade.

A exclusão da vírgula altera o sentido da frase contida em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III.

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

Maria aplicou R\$500.000,00 a juro composto de 2% ao mês. Quantos reais ela terá após 2 meses de aplicação?

- a) R\$510.000,00
- b) R\$520.200,00
- c) R\$520.000,00
- d) R\$530.604,00

Questão 12

Em um concurso criado pela prefeitura para a escolha das melhores pinturas que retratassem o centro da cidade, foi ofertado um prêmio de R\$ 505.850,00 que deveria ser dividido entre os três primeiros colocados em partes diretamente proporcionais aos pontos obtidos. Sabendo que o primeiro lugar conseguiu 322 pontos, o segundo, 205 pontos e o terceiro, 143 pontos, a quantia recebida por cada candidato, respectivamente, é:

- a) R\$ 185.000,00, R\$ 165.000,00 e R\$ 155.850,00
- b) R\$ 180.000,00, R\$ 175.000,00 e R\$ 150.850,00
- c) R\$ 185.000,00, R\$ 170.000,00 e R\$ 150.850,00.
- d) R\$ 243.110,00, R\$ 154.775,00 e R\$ 107.965,00.

Questão 13

Uma abelha rainha dividiu as abelhas de sua colmeia nos seguintes grupos para exploração ambiental: um composto de 288 batedoras e outro de 360 engenheiras. Sendo você a abelha rainha e sabendo que cada grupo deve ser dividido em equipes constituídas de um mesmo e maior número de abelhas possível, então você redistribuiria suas abelhas em:

- a) 8 grupos de 81 abelhas

- b) 9 grupos de 72 abelhas
- c) 24 grupos de 27 abelhas
- d) 2 grupos de 324 abelhas

Questão 14

Assinale a alternativa que contém uma assertiva incorreta:

- a) O número 88 não é um número primo, já o número 101 é considerado um número primo.
- b) O mínimo múltiplo comum entre 720 e 600 é 3.600.
- c) A raiz quadrada de qualquer número elevado ao quadrado é o próprio número, sendo que a raiz quadrada de 720 é 23,83.
- d) Os números 20 e 30 não são primos já o número 17 é considerado um número primo.

Questão 15

Leonardo, Miguel e Nilson montaram uma concessionária de veículos, sendo que Leonardo colocou no negócio 20% do capital investido por Miguel, que por sua vez colocou 64% do capital total investido pelos três na concessionária. Se Nilson colocou R\$ 116.000,00 no negócio, seu capital investido superou o capital investido por Leonardo em:

- a) R\$ 54.000,00.
- b) R\$ 52.000,00.
- c) R\$ 56.000,00.
- d) R\$ 58.000,00.

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

Sobre a Revolução de 1817 (Insurreição Pernambucana), assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I - O movimento contou com a participação de vários grupos sociais e defendia a abolição da escravidão e a restrição à liberdade religiosa.
 - II - Em março de 1817, os rebeldes pernambucanos tomaram o poder e proclamaram uma monarquia separada de Portugal e do Rio de Janeiro.
 - III - A queda do preço do açúcar e do algodão não possui qualquer relação com a Revolução de 1817.
- a) Nenhum item está correto.
 - b) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - c) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - d) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 17

“Neste país, que se presume constitucional, e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece por defeito do sistema que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior a lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.” (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no jornal A República, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870).

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- a) ao despotismo de Dom Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- b) aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao Imperador pelo Poder Moderador.
- c) à irresponsabilidade de Dom Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- d) ao estado de corrupção e fraudes que envolvia Dom Pedro II e grande parte de seus assessores.

Questão 18

Durante a Primeira República (1889 – 1930), houve, na sociedade brasileira, revoltas que, a despeito das diferenças, expressaram a insatisfação e a crítica de grupos populares quanto aos mecanismos de exclusão social e política e às estratégias de expansão dos interesses oligárquicos, então vigentes. Assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE revoltas dessa natureza:

- a) Guerra de Canudos e Revolta da Vacina.
- b) Revolta Federalista e Guerra do contestado.
- c) Revolta da Vacina e Revolta da Armada.
- d) Revolta da Chibata e Revolta Federalista.

Questão 19

Assinale a alternativa que contém uma assertiva falsa:

- a) A Ditadura Militar, no Brasil, foi instaurada por meio de um golpe — organizado pelos militares, a partir de 31 de março de 1964, e concluído por meio do golpe parlamentar, que se deu em 2 de abril de 1964. Esse golpe, orquestrado não só por militares mas também pelo grande empresariado do Brasil, com o apoio dos Estados Unidos, visava à derrubada de João Goulart e do projeto trabalhista — um projeto político voltado para o desenvolvimentismo e para a promoção de bem-estar social.
- b) A Era Vargas foi o período de quinze anos da história brasileira que se estendeu de 1930 a 1945 e no qual Getúlio Vargas era o presidente do país. A ascensão de Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes (presidente eleito que assumiria o país).
- c) O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas e estendeu-se por oito anos. Nesse período, Vargas reforçou o seu poder, reduziu as liberdades civis e implantou a censura. Também foi o período de intensa propaganda política e um momento em que Vargas estabeleceu sua política de aproximação das massas. No campo político, Vargas governou a partir de decretos-leis, ou seja, as determinações de Vargas não precisavam de aprovação do Legislativo, pois já possuíam força de lei. O Legislativo, por sua vez, foi suprimido e, assim, o Congresso e as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais foram fechadas. Todos os partidos políticos foram fechados e colocados na ilegalidade.
- d) O aparato de repressão da ditadura deu-se por meio de diversos mecanismos, dentre eles, existiram os chamados Atos Institucionais, que nada mais era do que o suporte jurídico que possibilitava aos militares perseguir e aprisionar todos os que eram considerados opositores do regime. Exemplificando, o AI-1 permitiu à ditadura aprisionar pessoas, indiscriminadamente, em locais como navios e estádios de futebol, mas não permitia se expurgar pessoas do serviço público. Com o tempo, o direito da população de escolher seu presidente foi retirado por meio do AI-2, decretado no final de 1965, e o AI-3 estabeleceu um sistema bipartidário no Brasil.

Questão 20

‘O (...) texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros’.

O trecho acima, extraído da obra 'Brasil: Uma Biografia' (São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 488), de autoria das historiadoras Lilia Schwarcz e Helisa Starling, refere-se ao Texto Constitucional de:

- a) 1988.
- b) 1946.
- c) 1967.
- d) 1937.

GEOGRAFIA

05 Questões

Questão 21

Sobre a federação na Constituição da República de 1988, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República de 1988.

II - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

III - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 22

O Brasil está dividido em três regiões geoeconômicas que refletem as diferentes formas de ocupação humana ao longo do tempo histórico: Nordeste, Centro-Sul e Amazônica. Analise os aspectos que caracterizam essas regiões:

I. O Nordeste é a principal área de refluxo (saída) de pessoas nas migrações internas do país.

II. A região Centro-Sul é a mais industrializada, povoada e urbanizada do país.

III. A Amazônia é a região menos povoada do Brasil e sofre grandes impactos ambientais.

IV. A região nordestina apresenta muitas marcas da colonização e, por praticamente três séculos, foi a região mais rica do Brasil.

Está correto o contido em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

Questão 23

“A transformação de uma lagarta em crisálida e desta em borboleta denomina-se “metamorfose”. No livro famoso de Kafka, “Metamorfose”, o personagem principal transforma-se, de maneira inquietante, em um inseto. Metamorfose significa transformação, mudança de forma, sem que se perca a essência da matéria em transformação [...]. Metamorfismo, em Geologia, define o conjunto de processos pelos quais uma determinada rocha é transformada, através de reações que se processam no estado sólido, em outra rocha, com características distintas daquelas que ela apresentava antes da atuação do metamorfismo”. (RUBERTI, E. et al. Rochas Metamórficas. In: TEIXEIRA, W. et al. (orgs.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.382).

O processo de metamorfismo acima descrito, responsável pela formação das rochas metamórficas, ocorre a partir de dois principais fatores condicionantes, que são:

- a) a temperatura e a pressão do ambiente.
- b) o local e a estrutura do ponto onde se encontra a rocha.
- c) a ação humana e as condições climáticas.
- d) o vulcanismo e os processos tectônicos.

Questão 24

Sobre a temática da sociedade de consumo, assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade de consumo é um termo bastante utilizado para representar os avanços de produção do sistema capitalista, que se iniciou no século XXI notadamente nos Estados Unidos e que, posteriormente, espalharam-se – e ainda vem se espalhando – pelo mundo. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e social é pautado pelo aumento do consumo, que resulta em lucro ao comércio e às grandes empresas, gerando mais empregos, aumentando a renda, o que acarreta ainda mais consumo.
- b) Um dos aspectos mais criticados no que se refere à sociedade de consumo é a obsolescência programada – ou obsolescência planejada –, que consiste na produção de mercadorias previamente elaboradas para serem rapidamente recicladas, fazendo com que o consumidor fique vinculado àquele fornecedor. Assim, aumenta-se o consumo, mas também aumenta a demanda por recursos naturais e maximiza a produção de lixo, elevando ainda mais a problemática ambiental decorrente desse processo.
- c) Atualmente, não vivemos mais na predominância do sistema fordista de produção, cuja premissa principal era a produção em massa (embora muitas fábricas ainda o utilizem). O toyotismo, desenvolvido e ampliado a partir do final do século XX, articula o equilíbrio entre a demanda e a produção, produzindo em grande quantidade apenas quando a procura por um produto é elevada. No entanto, ainda procura manter o consumo e, conseqüentemente, a demanda no máximo patamar possível a fim de que mais lucros sejam gerados nas várias áreas da economia.
- d) Entende-se por sociedade de consumo a era contemporânea do capitalismo em que o crescimento econômico e a geração de lucro e riqueza encontram-se predominantemente pautados no crescimento da atividade comercial e, conseqüentemente, do consumo. Para manter esse desenvolvimento, incentiva-se o consumo de várias maneiras, mas há uma tendência de redução dos meios publicitários.

Questão 25

Assinale a única alternativa que apresenta uma característica da globalização, no que se refere às alterações por ela provocadas nos sistemas globais de produção:

- a) existência de grandes estoques de produtos.
- b) utilização de mão de obra braçal.
- c) concentração de unidades fabris.

d) fragmentação da produção industrial.

INFORMÁTICA BÁSICA

05 Questões

Questão 26

Sobre navegação na internet, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – A principal finalidade dos navegadores de internet é comunicar-se com servidores Web para efetuar pedidos de arquivos e processar as respostas recebidas. O principal protocolo utilizado para transferência dos hipertextos é o HTML.

II – Cookies são arquivos enviados por alguns sítios de internet aos computadores dos usuários com o objetivo de obter informações sobre as visitas a esses sítios. Contudo, o usuário pode impedir que os cookies sejam armazenados em seu computador.

III – Para permitir o acesso a páginas web, são utilizados programas específicos chamados de navegadores ou browsers. Eles permitem acessar o conteúdo de páginas on-line e também fornecem uma série de funções ao usuário.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 27

Aplicativos são aplicações específicas comuns a todos os usuários. Independente do tipo, geralmente os computadores possuem aplicativos para edição de texto, cálculos e outras aplicações.

Sobre aplicativos, associe a segunda coluna com a primeira.

- | | |
|---------------|---|
| I – Writer | () Usado para criar apresentações |
| II – Calc | () Usado para criar documentos |
| III – Impress | () Usado para facilitar o cálculo de números |
| IV – Base | () Usado para criar banco de dados |
| V – Math | () Usado para editar fórmulas matemáticas |

- a) III – I – II – IV – V
- b) IV – V – III – II – I
- c) IV – II – V – III – I
- d) V – II – I – III – IV

Questão 28

Um fator determinante na escolha de uma placa-mãe para montagem ou manutenção de um computador é o chipset integrado a esta, do qual depende a seleção de componentes compatíveis que serão instalados na placa-mãe.

Considere os seguintes componentes.

1. Processador
2. Memória principal

3. Placa de vídeo
4. Interfaces de entrada e saída

Os componentes cujas características ou compatibilidade são definidas pelo chipset da placa-mãe são:

- a) 1 e 2
b) 1 e 3
c) 1, 2 e 3
d) 1, 2, 3 e 4

Questão 29

Acerca dos softwares livres, assinale a alternativa incorreta:

- a) Software livre pode ser considerado aquele que pode ser usado, copiado, estudado e redistribuído sem restrição, mas que não é passível de modificação.
b) A forma usual de um software ser distribuído livremente é sendo acompanhado por uma licença de software livre (como a GPL ou a BSD) e com a disponibilização de um código fonte.
c) É importante destacar que software livre não equivale a software gratuito, já que o "livre" do termo remete a noções mais do que simplesmente monetárias.
d) Podem ser considerados exemplos de softwares livres: Android; Firefox e LibreOffice.

Questão 30

Para fazer um *backup* seguro de arquivos, um usuário se valeu de um serviço da Google que se baseia no conceito de computação em nuvem. Assim, poderá armazenar arquivos por meio deste serviço e acessá-los a partir de qualquer computador ou outros dispositivos compatíveis, desde que ligados à internet, com a garantia de guarda dos dados, segurança e sigilo, por contrato de uso. Além do mais, tal serviço disponibiliza vários aplicativos via online, sem que esses programas estejam instalados no computador da pessoa que os utiliza. Trata-se, no caso, do *Google*

- a) *Drive*.
b) *Schedule*.
c) *Chrome*.
d) *Backup*.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

A Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, em seu art.24, estabelece que a Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão da administração superior encarregado de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, bem como de fiscalizar e avaliar os resultados das metas institucionais e atividades dos demais órgãos da administração e dos órgãos auxiliares da atividade funcional. Sobre o Corregedor-Geral do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito, em votação secreta, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, entre seus integrantes, para mandato de três anos, em regime de dedicação exclusiva, na primeira quinzena do mês que anteceder o término do mandato, vedada a reeleição.

- b) O Corregedor-Geral e o Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público serão nomeados por ato do Colégio de Procuradores e tomarão posse em sessão solene do Conselho Superior, a realizar-se no dia em que se encerrar o mandato de seu antecessor.
- c) Podem concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público os Promotores de Justiça em exercício, que se inscrevam no último decênio do mês de outubro, junto à Comissão Eleitoral, escolhida pelo Conselho Superior até o último dia útil do mês de setembro.
- d) Aplicam-se ao Corregedor-Geral do Ministério Público as mesmas causas de inelegibilidade do Procurador-Geral de Justiça.

Questão 32

Quanto às atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público previstas no art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - Promover o levantamento das necessidades de caráter pessoal e material dos órgãos e serviços auxiliares de apoio aos Órgãos da Administração, de Execução e Auxiliares do Ministério Público, propondo sugestões, em relatório circunstanciado, aos Órgãos competentes.

II - Elaborar o Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público e submetê-lo a apreciação do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo dele constar a organização dos serviços, a estrutura da Secretaria e o Regulamento do Estágio Probatório.

III - Instaurar, de ofício ou por provocação dos demais Órgãos da Administração Superior do Ministério Público, e presidir procedimento administrativo disciplinar contra membro da Instituição, encaminhando-o ao Procurador-Geral de Justiça para decisão.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 33

Com base na Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa incorreta quanto à notícia de fato de natureza criminal:

- a) Notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais.
- b) Mesmo quando o fato noticiado for objeto de autos judiciais ou extrajudiciais, em curso ou arquivados, a notícia de fato será livremente distribuída.
- c) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, quando necessárias diligências preliminares imprescindíveis à formação do convencimento jurídico a respeito do fato.
- d) Na hipótese de a demanda tramitar no Ministério Público por órgão interno exclusivamente administrativo, este deverá realizar, desde logo, a sua classificação e registro como notícia de fato de natureza criminal e, após a devida distribuição, encaminhá-la imediatamente à Procuradoria ou à Promotoria de Justiça incumbida da atuação.

Questão 34

Quanto ao instituto da recomendação previsto na Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas: I - A recomendação poderá ser expedida, de ofício ou por provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento preparatório ou de procedimento administrativo, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas.

II - A recomendação será fundamentada, mediante a exposição dos argumentos fáticos e jurídicos justificadores de sua expedição, devendo ser utilizada, preferencialmente, antes da propositura de ação judicial.

III - A recomendação pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, apenas a pessoas jurídicas de direito público que tenham condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens, cuja defesa esteja afeta ao Ministério Público.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 35

Considerando a normatização dada pela Constituição da República, é incorreto afirmar:

- a) O Ministério Público, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, tem por princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observados os limites com despesa com pessoal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, incumbindo-lhe, outrossim, elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- c) São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, com a ressalva de que essas funções só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão impreterivelmente residir na comarca da respectiva lotação.
- d) É vedado aos membros do Ministério Público exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Questão 36

A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção superior do Ministério Público, é chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, o qual é nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes vitalícios e em atividade na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos.

Acerca das atribuições administrativas do Procurador-Geral de Justiça, de acordo com a Lei Complementar Estadual 25/1998, é correto afirmar, exceto:

- a) Ao Procurador-Geral de Justiça compete praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público, inclusive requisitando as dotações orçamentárias destinadas ao custeio das atividades do Ministério Público, sem, contudo, promover a abertura de crédito ou a alteração no orçamento analítico do Ministério Público.
- b) Ao Procurador-Geral de Justiça compete determinar a abertura de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público e presidir a respectiva comissão, bem ainda solicitar à Ordem dos Advogados do Brasil a indicação de representante para integrar a comissão de concurso, convocando membro do Ministério Público para colaborar com a Comissão de Concurso.
- c) Ao Procurador-Geral de Justiça compete designar membros do Ministério Público para, entre outras funções, atuar em plantão nas férias forenses, exercer a função de Coordenador de Promotorias de Justiça nas Comarcas com mais de duas Promotorias de Justiça e oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeiro grau, ou junto ao Procurador Regional Eleitoral, quando por este solicitado.
- d) Ao Procurador-Geral de Justiça compete representar ao Presidente do Tribunal de Justiça para instauração de processo de verificação de incapacidade física ou mental de magistrado e serventuário de justiça.

Questão 37

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público que tem por incumbência velar pela observância de seus princípios institucionais.

De acordo com a Lei Complementar Estadual 25/1998, é correto afirmar, relativamente à composição desse órgão da administração superior do Ministério Público:

- a) O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelo Colégio de Procuradores de Justiça e dois pelos Promotores de Justiça em exercício, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- b) O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelo Colégio de Procuradores de Justiça e dois pelos Promotores de Justiça em exercício, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.
- c) O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- d) O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

Questão 38

São órgãos de assessoramento da Procuradoria Geral de Justiça, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada, o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e a Assessoria Especial.

Acerca desses órgãos, é incorreto afirmar:

- a) Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais compete, entre outras funções, substituir o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos, bem como coordenar a elaboração e o trâmite interno e externo das propostas legislativas.

- b) O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem por atribuição assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções administrativas, bem ainda, ressalvadas as atribuições da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria-Geral do Ministério Público, prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares no planejamento e execução de suas atividades de natureza funcional.
- c) Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos compete coordenar os serviços da Assessoria Jurídica e Administrativa e elaborar, anualmente, o relatório estatístico do movimento processual e dos trabalhos realizados pela assessoria, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) Ao Coordenador do Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada compete assessorar direta e imediatamente o Procurador-Geral de Justiça na elaboração e implantação do planejamento estratégico da Instituição e seus desdobramentos.

Questão 39

Em relação à tramitação dos autos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público de Goiás, conforme disciplina da Resolução 09/2018, é incorreto afirmar que:

- a) Durante a instrução, qualquer pessoa, desde que comprove legítimo interesse na causa, poderá apresentar ao Ministério Público documentos ou subsídios para melhor apuração dos fatos.
- b) Para a realização da instrução, o presidente poderá valer-se do apoio administrativo e operacional dos demais órgãos do Ministério Público.
- c) O presidente poderá deprecar a outro órgão de execução a realização de diligências necessárias para a investigação.
- d) Estando o investigado, a testemunha ou o declarante em comarca diversa, a oitiva dar-se-á por carta precatória e/ou por videoconferência.

Questão 40

Nos termos da Lei Complementar n.º 25/98, é incorreto afirmar que

- a) Os Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, integram a Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.
- b) Os Centros de Apoio Operacional serão instituídos e organizados por ato do Corregedor-Geral de Justiça.
- c) Compete aos Centros de Apoio Operacional estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns.
- d) Compete aos Centros de Apoio Operacional remeter anualmente ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições.

Questão 41

Nos termos da Lei Complementar n.º 25/98, é incorreto afirmar que

- a) A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público, com a finalidade precípua de aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos serviços auxiliares.
- b) A Escola Superior do Ministério Público será dirigida por membro do Ministério Público titular e procurador de Justiça, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.
- c) A Escola Superior do Ministério Público exercerá, ainda, atividade de Centro de Apoio Operacional às Procuradorias de Justiça.

- d) A estrutura organizacional e o funcionamento da Escola Superior do Ministério Público serão definidos em Ato do Procurador-Geral de Justiça.

Questão 42

Nos termos da Lei Complementar n.º 25/98, é incorreto afirmar que Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:

- Opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/3 (um terço) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional.
- Aprovar os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público, a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares.
- Indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
- Conferir posse e exercício, na segunda quinzena do mês de dezembro, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público.

Questão 43

Acerca da organização do Ministério Público, assinale a alternativa correta, nos termos da L.C estadual nº 25/98:

- O Colégio de Procuradores de Justiça é um órgão da Administração Superior do MPMGO já os Promotores de Justiça são órgãos de Administração do MPMGO.
- Os estagiários são órgãos auxiliares do MPMGO, já o Conselho Superior é órgão da Administração Superior e órgão de execução do MPMGO.
- O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado é órgão auxiliar do MPMGO, assim como os Centros de Apoio Operacional.
- A comissão de concurso é órgão auxiliar do MPMGO, já o Colégio de Procuradores de Justiça é órgão de execução e órgão da Administração Superior do MPMGO.

Questão 44

Sobre o Conselho Superior do MP, assinale a alternativa incorreta:

- Compete ao CSMP decidir sobre a vitaliciedade de membros do Ministério Público; sendo que O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, e por 5 (cinco) Procuradores de Justiça eleitos, três pelos Promotores de Justiça em exercício e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição, observado o procedimento da L.C 25/98.
- A eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público será realizada em escrutínio, secreto e plurinominal, na primeira quinzena do mês de dezembro, sendo que compete ao CSMP opinar sobre recomendações aos órgãos do Ministério Público, sem caráter normativo, para desempenho de suas funções, nos casos em que se mostrar conveniente a atuação uniforme.
- Compete ao CSMP conhecer dos relatórios reservados elaborados pela Corregedoria Geral do Ministério Público, em inspeções e correições realizadas nas Promotorias de Justiça, recomendando as providências cabíveis.
- A posse dos membros do Conselho Superior do Ministério Público efetivar-se-á na segunda quinzena do mês de dezembro, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, e o exercício no primeiro dia útil de janeiro subsequente. Compete ao CSMP tomar conhecimento dos relatórios do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Questão 45

Assinale a alternativa correta acerca do Procedimento Administrativo, conforme Res. 09/18-CPJ/MPGO:

- a) O procedimento administrativo é instrumento próprio da atividade-fim ou da atividade-meio do Ministério Público.
- b) O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos, desde que conte com a anuência do Conselho Superior do MP.
- c) Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem a apuração de infração penal ou que se destine à tutela de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deverá o membro do Ministério Público instaurar o procedimento de investigação pertinente ou encaminhar a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição para tanto.
- d) O procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, dispensando-se a delimitação de seu objeto caso instaurada por decisão fundamentada.

Questão 46

Sobre o Procedimento Investigatório Criminal regulamentado na Resolução 07/18-CPJ/MPGO, assinale a alternativa incorreta:

- a) Caso haja conflito negativo ou positivo de atribuição, este deverá ser suscitado nos próprios autos, fundamentadamente, e decidido pelo Procurador-Geral de Justiça, no prazo máximo de 15 dias.
- b) Durante a tramitação da investigação, o interessado poderá arguir o impedimento ou a suspeição do presidente do procedimento investigatório criminal. A arguição de suspeição ou de impedimento será formalizada em peça própria, acompanhada das respectivas razões, e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.
- c) Constatada a necessidade de investigação de outros fatos durante a instrução do procedimento investigatório criminal, o membro do Ministério Público poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro procedimento.
- d) O procedimento investigatório criminal será instaurado por portaria fundamentada, devidamente registrada no sistema eletrônico ATENA e autuada, com a indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, o nome, o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas e demais dados de qualificação de seu autor, bem como a determinação das diligências iniciais, se houver.

Questão 47

Segundo previsão da Lei Estadual n. 14.810/04, ao servidor do Ministério Público do Estado de Goiás é vedado manter, sob sua chefia imediata:

- a) cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau.
- b) cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos até o 2º grau.
- c) parentes de qualquer grau.
- d) cônjuge, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, além de amigos íntimos.

Questão 48

A Lei Estadual n. 14.810/04 prevê, como um dos fatores de avaliação do servidor, o desempenho, que corresponde aos resultados obtidos por ele na execução de suas atribuições. Tal fator é medido pelos seguintes subfatores, exceto:

- a) qualidade e produtividade.

- b) comunicação.
- c) conhecimento do trabalho.
- d) participação em treinamentos.

Questão 49

De acordo com a Lei Estadual n. 14.810/04, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao término do período do estágio probatório, verificado o atendimento aos requisitos exigidos, será o servidor declarado estável por ato de seu chefe imediato.
- b) O processo de exoneração do servidor ficará a cargo de uma comissão, o qual será concluído no prazo de trinta dias, sempre antes do término do período do estágio probatório.
- c) Findo o processo de exoneração, a comissão lançará seu pronunciamento conclusivo e encaminhará os autos ao Procurador-Geral de Justiça para decisão.
- d) O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade implicará na instauração de processo de exoneração do servidor nomeado, resguardada a ampla defesa e o contraditório.

Questão 50

Conforme previsão da Lei Estadual nº 20.756/20, os registros da penalidade de advertência serão cancelados se o servidor não houver praticado nova transgressão disciplinar igual ou diversa da anteriormente cometida, contados a partir de sua aplicação, no seguinte prazo:

- a) 6 (seis) meses.
- b) 3 (três) anos.
- c) 2 (dois) anos.
- d) 1 (um) ano.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

Imagine que você é o secretário da promotoria de Justiça de Cocalzinho de Goiás. Em determinado dia, aporta na promotoria um cidadão solicitando vista de dois autos extrajudiciais, um com sigilo e outro sem sigilo, e também requer que você forneça cópia impressa dos autos naquela data.

Para que você possa registrar o atendimento, o cidadão interessado fornece a Carteira de Motorista (CNH), mas diz ser advogado.

Ao conferir os autos, você verifica que o cidadão presente não é parte nos autos, e que também não consta procuração para qualquer advogado nos autos.

Tendo estes fatos em mente, responda:

a) o advogado tem direito de acesso a qualquer auto de processo extrajudicial? Explique as peculiaridades, especialmente o princípio que rege o acesso aos autos extrajudiciais e diferencie as situações que envolvam ou não a decretação de sigilo.

b) o servidor deve fornecer cópia impressa? Justifique.

Questão 02

A Promotoria de Justiça Única de Cocalzinho de Goiás, que detém atribuição plena, tem em andamento um Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar a implantação de política pública por parte da municipalidade.

Ao cabo de alguns anos, após a efetiva implementação da política pública sob acompanhamento, o(a) Promotor(a) que presidia os autos extrajudiciais deliberou pelo seu arquivamento.

Após, o(a) secretário(a) auxiliar providenciou a notificação do município e, então, fez o encaminhamento dos autos eletrônicos ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação do arquivamento.

Ocorre que os autos foram volvidos à promotoria, com o seguinte despacho do Conselheiro relator:

“Considerando tratar-se de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar a implantação de política pública, observa-se que não foram cumpridas as providências de praxe para o seu arquivamento, nos termos do que estabelece a Resolução 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás.

Assim, sem maiores delongas, volvam os autos à promotoria de origem para que se atenha ao que está disposto no artigo 45, caput e parágrafo primeiro da normativa em referência.”

Com base nessas informações, responda qual(is) a(s) providência(s) que deve(m) ser adotada(s) no caso de arquivamento de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar a implantação de política pública.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

TEXTO I:

PM afasta policiais envolvidos em operação com quatro mortos na Chapada dos Veadeiros
Um inquérito foi aberto para investigar o caso; nenhum dos quatro tinha antecedentes criminais
A Polícia Militar de Goiás informou, por meio de nota divulgada à imprensa nesta segunda-feira (24/1), que afastou os policiais envolvidos na operação que terminou com quatro mortos em um sítio em Colinas do Sul, região da Chapada dos Veadeiros, na última quinta-feira (20/1). A nota também informa que um inquérito foi aberto para investigar o caso.

Moradores de Cavalcante denunciam que os quatro foram mortos sem direito a defesa e chamam a ação de "chacina". Uma perícia preliminar apontou que foram disparados cerca de 58 tiros.

A PM tinha informado que a ação ocorreu depois de uma denúncia anônima e que eles teriam sido recebidos a tiros. Além dos quatro mortos, três pessoas teriam fugido do local. No sítio, foram encontrados pés de maconha.

A Polícia Civil de Goiás informou neste domingo (23/1) que nenhum dos quatro mortos tinham antecedentes criminais.

A população tem ido às ruas protestar e pedir justiça pelos mortos na operação. "Salviano, Chico, Jacaré e Alan eram conhecidos por todos da comunidade. Muitos possuem histórias pra contar dos momentos vividos juntos. Eram pessoas de boa índole, não eram violentos, não tinham "passagem pela polícia", não andavam armados. Não eram bandidos. Eram pacíficos. Morreram por causa de uma guerra insana, que condena e mata de forma seletiva uma parte da população que é preta e pobre, em verdadeiros tribunais de rua", diz nota pública emitida pelos moradores.

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4979838-pm-afasta-policiais-envolvidos-em-operacao-com-quatro-mortos-na-chapada-dos-veadeiros.html> (acesso em 03/02/2022)

TEXTO II:

Goiás é o único estado do país a não divulgar o número de policiais mortos e o de pessoas mortas por policiais em 2020

Secretaria da Segurança diz que informações, que foram passadas pelos outros 25 estados e pelo DF, têm 'caráter sigiloso' no estado. É a 4ª vez consecutiva que o estado nega esses dados, considerados públicos.

Goiás é o único estado do país que não divulga o número de policiais mortos e de mortes cometidas por policiais em 2020. Com isso, o levantamento feito pelo Monitor da Violência mostra os dados das outras 26 unidades da federação, com a exceção do estado do Centro-Oeste.

Em nota, apesar de dizer que tem "compromisso com a transparência no fornecimento de dados", a Secretaria da Segurança Pública de Goiás diz que os números são sigilosos e não serão passados.

"A Secretaria de Segurança Pública (SSP) esclarece que entende a necessidade de uma comunicação transparente entre a administração pública e a sociedade, mas reitera que não deve desrespeitar as determinações legais da pasta. A SSP tem um único intuito: garantir a segurança pública dos cidadãos goianos e combater com rigor a criminalidade, dentro do amparo legal", informa.

É a quinta vez que o estado se recusa a passar informações públicas – em quatro delas, o pedido foi referente a dados de letalidade e vitimização policial.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO
CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE
COCALZINHO DE GOIÁS**



Na primeira vez, o levantamento também dizia respeito à letalidade e vitimização policial, mas do 1º semestre de 2019. Depois, o governo também não quis divulgar dados do sistema penitenciário. Somente após a reportagem ter sido publicada, o governo enviou os dados.

No começo de 2020, o governo se negou novamente a informar os dados fechados de 2019 sobre letalidade e vitimização policial. E, depois, não quis passar os dados do 1º semestre de 2020. Agora, novamente se negou a informar os dados completos de 2020.

(...)

Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/goias-e-o-unico-estado-do-pais-a-nao-divulgar-o-numero-de-policiais-mortos-e-o-de-pessoas-mortas-por-policiais-em-2020.ghtml> (Acesso em 03/02/2022)

A partir da leitura das reportagens acima, elabore uma redação acerca do exercício do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.